



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL

ROGER
CASSIANO
DE ABREU
REABRIL-35631870
12/07/2023 13:21

GEORVANY
DA
FERREIRA-10821102
12/07/2023 14:11

Processo: PROAD 6716/2023

Assunto: CONTRATAÇÃO de 09 licenças ADICIONAIS da plataforma ALURA de cursos especializados a distância (EAD)

TERMO DE REFERÊNCIA

*(BASEADO NO ETP- DOC. 01)

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação direta de **09 licenças adicionais** da plataforma ALURA, da empresa AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A, CNPJ 05.555.382/0001-33, por dispensa de licitação, para disponibilização de plataforma de cursos EAD, aos servidores da STIC, pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando o aumento da importância estratégica da área de TIC em relação à função institucional do Tribunal, torna-se igualmente relevante a capacitação da equipe técnica da referida área de modo a tornar possível o suporte dos serviços tecnológicos utilizados pelo órgão de forma satisfatória.

3. ALINHAMENTO ENTRE A DEMANDA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CONTRATAÇÃO AO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

Conforme devidamente fundamentado no ETP que instrui o PROAD n.955/2023 (doc. 1), a capacitação dos servidores da área de TIC do Tribunal possui alinhamento com o objetivo estratégico KR-OEN3-02 - "Capacitação de 50% dos servidores da área de TI com pelo menos 16h anuais de cursos relacionados à área de atuação" do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho 2021-2022. A utilização do referido indicador decorre do fato de que, nesta data, não há indicador que norteie a capacitação de servidores de TIC para o ano de 2023.



Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191 | Centro Político e Administrativo | Cuiabá/MT | CEP: 78049-935
Telefone: (65) 3648-4239 | escolajudicial@trt23.jus.br





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL**

Conforme o mais recente levantamento realizado no PROAD 4341/2022 (doc. 15), a força de trabalho atual da área de TIC deste Regional é de 51 servidores. Assim, o atendimento ao indicador estratégico supra significa na capacitação de, no mínimo, 26 servidores com, no mínimo, 16 horas anuais de cursos relacionados à referida área.

No cenário atual, 33 servidores foram capacitados na forma estabelecida pelo indicador no ano de 2022. As capacitações realizadas pelos servidores em questão foram realizadas, em suma, por meio da plataforma Alura.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Plataforma EAD de cursos de tecnologia da informação;
- Plataforma acessível pela internet, utilizando apenas o navegador do computador;
- Possuir equipe de instrutores com notório conhecimento acerca dos assuntos;
- Disponibilizar cursos das seguintes áreas de tecnologia da informação: Desenvolvimento, Ciência de Dados, Infraestrutura, Segurança da Informação, Governança de TI e Gestão de Serviços.

5. ANÁLISE, ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO MAIS ADEQUADA

A plataforma Alura permite que o aluno tenha acesso online e à distância a inúmeros cursos distribuídos nos mais diversos níveis de aprofundamento técnico. Isso, por certo, facilitará a equiparação dos níveis de conhecimento dos servidores da equipe de TIC do Tribunal.

O acesso aos cursos é ilimitado por parte dos usuários durante todo o período de vigência da licença (12 meses), o que permite que o participante tenha flexibilidade para organizar seus horários de estudo da forma que lhe for mais adequada e conveniente. Ademais, a plataforma conta com uma equipe composta por professores renomados e dotados de notório conhecimento na área de TIC.

6. LEVANTAMENTO DA DEMANDA



Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191 | Centro Político e Administrativo | Cuiabá/MT | CEP: 78049-935

Telefone: (65) 3648-4239 | escolajudicial@trt23.jus.br





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL**

Realizado o mapeamento e o remanejamento das licenças da plataforma Alura contratadas no ano de 2022, identificou-se que a quantidade de licenças necessárias para o atendimento da demanda do Plano de Capacitação vigente é de 26 unidades.

Após levantamento dos cursos disponíveis na plataforma Alura e das áreas de atuação e de interesse dos servidores, bem como considerando a contratação de 19 licenças por meio do PROAD n. 8607/2022 e de 10 licenças por meio do PROAD n. 955/2023, verificou-se que se fazem necessárias mais 9 licenças para o atendimento de tal necessidade, consolidando o total de 38 licenças da plataforma Alura.

O número de 09 licenças adicionais se justifica, ainda e conforme fundamentado no ETP do PROAD n. 955/2023 pelo fato de que, nos anos anteriores, a empresa contratada permitia o remanejamento das licenças entre os servidores do órgão, o que não é mais possível diante da obrigatoriedade de aquisição de licenças nominais e intransferíveis.

O fornecedor comercializa dois tipos de licenças destinadas a pessoas jurídicas: a Corp e a Corp Plus.

O plano do tipo Corp Plus possui, como diferenciais em relação ao Corp, a possibilidade de integração de sistemas domésticos da organização contratante da plataforma via API disponibilizada pela própria Alura e a possibilidade de se personalizar a visualização dos planos de estudos.

A licença do tipo Corp, entretanto, mais simples e mais barata, é aquela que foi contratada pelo Tribunal nos anos de 2020 e 2021 e que tem atendido perfeitamente às necessidades do órgão, razão pela qual entende-se por desnecessária a contratação do plano Corp Plus.

O preço praticado pelo fornecedor para a licença do tipo Corp é de R\$ 110,00 por mês, o que corresponde a **R\$ 1.320,00** por licença/ano, porém foi concedido desconto de 6% sobre o quantitativo total, resultando em **R\$ 11.880,00**. As licenças possuem validade de 12 meses.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL

7. PESQUISA DE MERCADO

A principal empresa concorrente da plataforma Alura é a Udemy, empresa sediada nos Estados Unidos da América e sem um representante no Brasil. Muito embora trate-se de uma empresa que possua amplo repertório de cursos da área de TIC, os preços por ela praticados são consideravelmente superiores aos da Alura.

A Udemy possui dois planos voltados ao público corporativo: o Team, destinado a empresas que necessitem de 5 a 20 licenças por ano, e o Enterprise, voltado aos clientes que necessitem um número de licenças superior a 20. O primeiro tipo de plano, o Team, possui como recursos o acesso ilimitado e sob demanda de mais de 5 mil cursos, portal personalizável de acordo com a empresa contratante e aplicativo para dispositivos móveis para acesso de conteúdo em modo offline. O plano Enterprise, além do maior número de licenças, possui recursos adicionais como a possibilidade de criação de planos customizados de aprendizagem, suporte técnico em tempo integral e a disponibilização de cursos ministrados em inúmeros idiomas além da língua inglesa, dentre eles o português do Brasil.

O plano Team é comercializado pela Udemy ao custo de 360,00 dólares americanos por ano e por usuário, conforme levantamento realizado em 25 de outubro de 2021, preço esse a ser acrescido ainda de impostos locais dos Estados Unidos da América, país sede da referida empresa. Já o plano Enterprise não tem seus valores divulgados na página da Udemy na internet, mas, por certo, possui custo superior ao plano Team, dados os recursos adicionais ofertados.

8. INDICAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento para a contratação de 09 licenças, possui o valor unitário de R\$ 1.320,00, o que corresponde ao total de R\$ 11.880,00.

Na proposta comercial (doc. 18) apresentada pelo fornecedor, é possível vislumbra o desconto de 6% do valor total das licenças, o que reduz o investimento para **R\$11.167,20.**



Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191 | Centro Político e Administrativo | Cuiabá/MT | CEP: 78049-935

Telefone: (65) 3648-4239 | escolajudicial@trt23.jus.br





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL**

O mencionado valor unitário de R\$ 1.320,00 é igual ao praticado pelo fornecedor em outras contratações públicas similares, conforme disposto na tabela abaixo:

Órgão	Processo/Doc. Referência	Valor Unitário
TRE - Paraíba	Processo n. 3292-57.2022.6158000	R\$ 1.320,00
Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal	Processo n. 13075.066653/2022-43	R\$ 1.320,00
Justiça Federal do 1º Grau - Sergipe	Processo n. 1354-37/2022	R\$ 1.320,00
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	Ordem de Fornecimento n. 0102854/2022	R\$ 1.320,00
TRE Amapá	Nota Pré-Empenho n. 2022PE000359	R\$ 1.320,00
Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia	Nota de Empenho n. 2022NE000200	R\$ 1.320,00

9. PÚBLICO-ALVO

Servidores da área de Tecnologia de Informação e Comunicação deste Regional.

Os servidores indicados para utilização das 09 licenças da plataforma ALURA, assinaram eletronicamente a Declaração conjunta de participação no curso, (**doc. 09**).

10. DATA OU PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Os cursos disponibilizados na Plataforma de ensino da contratada podem ser realizados no período de 12 (doze) meses de vigência da contratação.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a capacitação dos servidores da área de TIC pelos próximos 12 meses, espera-se adequar os conhecimentos gerenciais e técnicos dos integrantes da equipe de TIC do



Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191 | Centro Político e Administrativo | Cuiabá/MT | CEP: 78049-935

Telefone: (65) 3648-4239 | escolajudicial@trt23.jus.br





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL**

Tribunal às necessidades do órgão, em especial diante do imenso número de serviços ofertados e tecnologias utilizadas atualmente pelo órgão.

Ademais, outro resultado esperado é o alcance da meta estipulada pelo indicador estratégico acima referenciado e estabelecido no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho 2021-2022. Isso significa a necessidade de capacitação de, no mínimo, 26 servidores com, no mínimo, 16 horas de cursos na área de TIC no ano de 2023.

11.DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de se direcionar os investimentos de capacitação da área de TIC de modo a promover e suportar, de forma contínua, o alinhamento das competências técnicas e gerenciais dos servidores que compõem o quadro de pessoal da referida área;

Considerando que as aludidas competências são necessárias ao acompanhamento das constantes atualizações tecnológicas e ao cumprimento das melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais internacionais das áreas de governança e gerenciamento de serviços de TIC;

Considerando que a capacitação dos servidores da área de TIC do Tribunal está previsto no Planejamento Anual de Capacitação de Tecnologia da Informação e Comunicação deste Regional;

Considerando que conteúdo programático dos cursos oferecidos pela plataforma Alura proporcionará aos servidores da área de TIC do Tribunal o nivelamento técnico necessário para desenvolvimento das atividades relacionada à área de Tecnologia da Informação e Comunicação; e, por fim,

Considerando que o custo das licenças se encontram dentro dos valores praticados no mercado;

Conclui-se neste Estudo Técnico Preliminar Simplificado pela VIABILIDADE da presente contratação.



Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191 | Centro Político e Administrativo | Cuiabá/MT | CEP: 78049-935

Telefone:(65) 3648-4239 | escolajudicial@trt23.jus.br





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL**

12. HABILITAÇÃO DA EMPRESA

Para fins de habilitação, os autos encontram-se instruídos no doc. 20, com Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade-CNJ), Certidão do SICAF (débitos trabalhistas (TST), de tributos federais, de regularidade do FGTS), que comprovam a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada.

13. CARACTERIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação da empresa, s.m.j., poderá ocorrer com fundamento em inexigibilidade de licitação, com fulcro na Lei n. 14.133/21.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Para fins de aplicação das penalidades administrativas pela inexecução total ou parcial do contrato, o TRT da 23ª Região poderá, garantida a previa defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções abaixo elencadas:

Em casos de indisponibilidade da plataforma de aprendizado da ALURA:

- I - Penalidade de advertência – para casos em que o site permaneça off line por 24 horas.
- II - Penalidade de multa de 2% do valor do contrato por cada dia em que o site permaneça off line, até o limite de 30%.
- III – Caso ultrapasse 15 dias off line, penalidade de multa de 30% do valor do contrato e impedimento de licitar e contratar com a União por 2 anos, por inexecução total do contrato.

15. Das Alterações do Contrato

O contrato poderá ser alterado de modo unilateral pela Administração ou por comum acordo das partes, sempre com observância dos limites permitidos na lei quando se tratar de acréscimos ou supressões de quantitativos, nos termos da Lei 14.133/21.



Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191 | Centro Político e Administrativo | Cuiabá/MT | CEP: 78049-935

Telefone: (65) 3648-4239 | escolajudicial@trt23.jus.br





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL**

14. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O evento ora proposto será fiscalizado pela Escola Judicial, pelos servidores Giovanny José Ferreira e Cláudio de Souza Ferreira – fiscal titular e fiscal substituto, com a colaboração dos servidores da TI que participarão do evento, para fazer cumprir todas as cláusulas e condições constantes neste projeto básico.

15. DADOS DA EMPRESA

Empresa: AOVIS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A

CNPJ: 05.555.382/0001-33

Endereço: Rua Vergueiro, 3185, 8º andar – Vila Mariana

São Paulo-SP

CEP 04101-300

Telefone: (11) 4118-2172 / 98686-2219

E-mail: corporativo@alura.com.br

Contato: Nayane Nunes

Customer Success

corporativo@alura.com.br

(11) 4118-2172 |(11) 94996-0829

DADOS BANCÁRIOS:

Banco Santander

Agência: 4199

C/C: 13.000.609-0

Cuiabá (MT), 04/07/2023.

GIOVANNY JOSE FERREIRA

Assistente de Ensino a Distância

Roger Cassimiro de Araújo Berber

Secretário da EJUD



Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191 | Centro Político e Administrativo | Cuiabá/MT | CEP: 78049-935

Telefone: (65) 3648-4239 | escolajudicial@trt23.jus.br





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
ESCOLA JUDICIAL**

DESPACHO

1. Autorizo o prosseguimento da contratação do termo de referência, com despesas no valor de **R\$11.167,20** no item 151242023000001 - EJUD/CAPSERV - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA – 040.
2. À SOF para adequação orçamentária, depois à Secretaria Jurídica para emissão de parecer e, posteriormente, à Diretoria-Geral para prosseguimento.

Desembargadora Eliney Bezerra Veloso
Diretora da Escola Judicial



Data e hora da consulta: 14/07/2023 16:03

Usuário: ***.557.41

Impressão Comp



Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
80025	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A.REGIAO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
37.115.425/0001-56	AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA. Nº 3355, CPA	78049-935
Município	UF	Telefone
CUIABA	MT	(065) 3648-4100

Ano	Tipo	Número
2023	NE	555

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	214273	1000000000	339040	80053	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
14/07/2023	Ordinário	Proad 006716/2023	-	11.167,20

Favorecido

Código	Nome	CEP
05.555.382/0001-33	AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.	04101-300
Endereço		
VERGUEIRO 3195 CONJ VILA MARIANA		
Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	(11) 41182172

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação			
174	INEXIGIBILIDADE			
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
Lei 14.133/2021	74	-	III	f

Descrição

EJUD/TIC - 000001 - CONTRATAÇÃO DIRETA DE 09 LICENÇAS ADICIONAIS DA PLATAFORMA ALURA, DA EMPRESAS AOVVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A, para disponibilização de plataforma de cursos EAD, aos servidores da STIC, pelo período de 12 (doze) meses. AUTORIZAÇÃO DOC.28 - PROAD 6716/2023

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN



Data e hora da consulta: 14/07/2023 16:03

Usuário: ***.557.414-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	11.167,20

Subelemento 20 - TREINAMENTO/CAPACITACAO EM TIC

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DIRETA DE 09 LICENÇAS ADICIONAIS DA PLATAFORMA ALURA, DA EMPRESAS AOV'S SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A, para disponibilização de plataforma de cursos EAD, aos servidores da STIC, pelo período de 12 (doze) meses. PREÇO UNITÁRIO R\$ 1.320,00, COM DESCONTO DE 6%. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CONFORME ITEM 14 DO TERMO DE REFERÊNCIA DOC.26 PROAD 6713/2023. PERÍODO PARA RECURSOS: ATÉ 05 DIAS ÚTEIS A CONTAR DO RECEBIMENTO DO ATO	11.167,20

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14/07/2023	Inclusão	1,00000	11.167,2000	11.167,20

Assinaturas

Ordenador de Despesa

CICERA MARIA PEREIRA ZANCA

***.956.061-**

14/07/2023 15:53:23

Gestor Financeiro

MARISANDRA RONDON MARQUES

***.853.631-**

14/07/2023 15:49:36



Interessada: Escola Judicial

Assunto: Contratação direta de 09 licenças adicionais da plataforma ALURA, da empresa AOVS Sistemas de Informática S.A.



I - Acolho a justificativa apresentada no parecer da Secretaria Jurídica (doc. 25), e uma vez promovidas as regularizações apontadas no referido parecer (docs. 25), **autorizo**, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 14 da Portaria TRT/DG/GP – 191/2023, a contratação por inexigibilidade de licitação, a contratação direta de 09 licenças adicionais da Plataforma ALURA, da empresa AOVS Sistemas de Informática S.A. valor de R\$ 11.167,20 (onze mil, cento e sessenta e sete reais, vinte centavos), conforme Termo de Referência (doc. 26).

II - Remeta-se à **SOF** para emissão da nota de empenho, com observância das cautelas legais.

III - Após, encaminhe-se à **Escola Judicial** para prosseguimento do feito, observando as cautelas de praxe, em especial as recomendações aduzidas no parecer da Secretaria Jurídica (doc. 25), inclusive atinentes à **ciência à contratada sobre as condições/obrigações previstas no Termo de Referência** e sobre a **publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do ETP e TR no sítio eletrônico deste Tribunal.**

Cuiabá-MT, 13 de julho de 2023.

Cicera Maria Pereira Zanca

Diretora-Geral Substituta / Ordenadora de Despesas Substituta